

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 3

Tomo I



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

PORTO, 2000

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 3 – Dezembro de 2000

Director:

Carlos Reis

Director Executivo:

Sebastião T. Pinho

Conselho Redactorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência:* Amet Kébé, Ana Mafalda Leite, Ana Paula Ferreira, Benjamin Abdala Jr., Carlos Reis, Christopher Lund, Cristina Robalo Cordeiro, Ettore Finazzi-Agrò, Helder Macedo, Henry Thorau, Isabel Pires de Lima, Laura Padilha, M. Carmen Villarino, Maria Manuel Lisboa, Onésimo T. Almeida, Regina Zilberman, Sebastião T. Pinho, Solange Parvaux.

Redacção:

VEREDAS – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas
Faculdade de Letras
P-3000-447 Coimbra Codex
Fax 351-239.410088; E-mail: stpinho@cygnus.ci.uc.pt

Edição, administração, distribuição e assinaturas:

Fundação Eng. António de Almeida
Rua Tenente Valadim, 231/325
P-4100-479 Porto
Tel. 351-22.6067418; Fax 351-22.6004314; E-mail: fundacao@feaa.pt

Paginação: José Soares Pinto – Porto

Impressão e acabamento: SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Autoria da capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa

Depósito Legal N.º 137737/99

ISSN 0874-5102

Revista integralmente patrocinada pela



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

AS ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS
TÊM O APOIO REGULAR DO INSTITUTO CAMÕES



ÍNDICE

Tomo I

CARLOS REIS – Apresentação.....	9
E. M. DE MELO E CASTRO – NU no NU.....	11
VIRGÍLIO DE LEMOS – POESIA hoje.....	15
ÂNGELA VAZ LEÃO – Questões de linguagem nas <i>Cantigas de Santa Maria</i> , de Afonso X.....	21
DAVID BROOKSHAW – Entre o real e o imaginado: o Oriente na narrativa colonial portuguesa.....	33
FRANCISCO FERREIRA DE LIMA – Paraíso e Inferno na Bahia de Gabriel Soares de Sousa.....	43
K. DAVID JACKSON – Ruínas de Império: a cidade-fortaleza de Chaul..	55
LÉLIA PARREIRA DUARTE – <i>Os Lusíadas</i> , de Camões, e a <i>Peregrinação</i> , de Fernão Mendes Pinto: diferentes perspectivas das portuguesas viagens?.....	67
JOÃO ADOLFO HANSEN – Ler & Ver: Pressupostos da representação colonial	75
MARIA HELENA D. T. C. UREÑA PRIETO – Astrolatria e astrologia em Portugal nos séculos XVII e XVIII.....	91
MARIA JOSEFA POSTIGO – Os provérbios de <i>Don Quijote de la Mancha</i> nas Traduções em Português.....	101
XOSÉ MANUEL DASILVA – Anticastelhanismo e Sebastianismo nas traduções espanholas do <i>Frei Luís de Sousa</i>	117

ANNE-MARIE PASCAL – A abolição da escravatura e o teatro português (XVIII-XIX) – A polémica, o exemplo, e a utopia	127
CONSTÂNCIA LIMA DUARTE — O olhar de uma viajante brasileira: Nísia Floresta.....	141
BERTHOLD ZILLY – A reinvenção do Brasil a partir dos sertões: viagem e literatura em Euclides da Cunha.....	149
LUCETTE PETIT – Machado de Assis à “Roda da Vida”: Das <i>Memórias</i> <i>Póstumas</i> ao <i>Memorial de Aires</i>	161
CARLOS ALBERTO PASERO – Reflexos no Oriente: aristocracia e indus- trialização n’A <i>Relíquia</i> de Eça de Queirós	171
PAULO MOTTA OLIVEIRA – Fradique Mendes: Eça, a heteronímia e o vencidismo.....	185
REGINA ZILBERMAN – De <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> a <i>Grande</i> <i>sertão: Veredas</i> – o demônio em viagem.....	195
LEYLA PERRONE-MOISÉS – Cesário Verde: um “astro sem atmosfera”? ...	217
ANNA KLOBUCKA – Fernando Pessoa, o poeta amoroso? Fragmentos de um discurso	227
MARIA IRENE RAMALHO DE SOUSA SANTOS – Interrupção poética: um conceito pessoano para a lírica moderna.....	235
MÓNICA ELENA SERRA HÜGLI – Escritas de leituras na poética de Drummond	255
ANA PAULA FERREIRA — O conto da mulher nos anos quarenta	265
ANA SOFIA GANHO – Luiza Neto Jorge: <i>Ekphrasis</i> e Iconotexto	277
CLÁUDIA PAZOS ALONSO – Do centro e da periferia: uma re-leitura de <i>Laços de Família</i>	287
RUTH SILVIANO BRANDÃO – A nau catrineta: velhas receitas, novos sabores.....	301
ISABEL PIRES DE LIMA – Concertos/Desconcertos: arte poética e busca do sujeito na poesia de Ana Luísa Amaral.....	307
LÚCIA CASTELLO BRANCO — Por graça da textualidade.....	319
ANA PAULA ARNAUT — <i>O Delfim</i> : silêncios inquietos.....	333
ADRIANA ALVES DE PAULA MARTINS – <i>Todos os Nomes</i> ou uma viagem pelos labirintos da cidade na busca do nome que cada um tem	341

Tomo II

LUCIANA STEGAGNO PICCHIO – O futuro do passado: <i>O Ano de 1993</i> de José Saramago.....	351
VERA LÚCIA CASA NOVA – Fragmentos de um itinerário amoroso: Saramago, <i>Viagem a Portugal</i> (1981).....	363
ANNA KALEWSKA – As modalizações anti-épicas na narrativa portuguesa contemporânea: José Saramago, António Lobo Antunes e Mário Cláudio.....	371
MARIA LÚCIA DAL FARRA – De Pedro a Paula: um caso de amor de Helder Macedo.....	389
MÓNICA FIGUEIREDO – O corpo, esta casa no mundo: a propósito de <i>Pedro e Paula</i> de Helder Macedo.....	401
MARIA THERESA ABELHA ALVES – A peregrinação iniciática de Barnabé das Índias.....	411
MARIA LUÍZA RITZEL REMÉDIOS – <i>Cavaleiro andante</i> : identidade nacional e o processo de dispersão do ser português.....	419
VILMA ARÉAS – Além do princípio da superfície: <i>O filantropo</i> , de Rodrigo Nunes.....	429
CHRISTOPHER F. LAFERL – O clichê da terra: a Bahia de Dorival Caymmi.....	441
JOSÉ MARIA PEDROSA CARDOSO – Da especificidade da música sacra portuguesa nos séculos XVI e XVII.....	451
MARIA DO AMPARO CARVAS MONTEIRO – Polifonia aquática.....	467
AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA – Lusofonia: mentiras e realidade....	475
ANTONIO CANDIDO – Livros e pessoas de Portugal.....	483
MARIA ARMANDINA DA CRUZ MAIA – Pátria, uma trajectória de deriva..	493
BEATRIZ RESENDE – Imagens da exclusão.....	509
BENJAMIN ABDALA JUNIOR – Terra morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário da língua portuguesa.	523
RUSSELL G. HAMILTON – A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial.	537

TANIA FRANCO CARVALHAL – De mar a mar: entre viagens nas literaturas portuguesas e brasileiras	549
ETTORE FINAZZI-AGRÒ – Geografias da Memória. A Literatura Brasileira entre História e Genealogia	557
ERMELINDA GALAMBA – Ser português na China	569
GERHARD BRUNN – Comunicação intercultural entre Europa e Brasil: a contribuição de Johann Moritz von Nassau-Siegen (1637-1644)....	579
MICAELA GHITESCU – Cultura luso-brasileira na Roménia	589
BENJAMIM PINTO BULL – Senghor, o Brasil e Portugal: alguns marcos culturais lusófonos	597
RENATO CORDEIRO GOMES – Cidade e nação na narrativa brasileira contemporânea: uma guerra de relatos.....	609
ARMANDO JORGE LOPES – Em direcção ao primeiro léxico de usos do português moçambicano	621
ENEIDA DO REGO MONTEIRO BOMFIM – Que tratamento dar ao Rei?.....	633
MARIA HELENA MIRA MATEUS – A Face Exposta da Língua Portuguesa.	647
MICHEL LABAN – Reflexões sobre a elaboração de um inventário das particularidades do português de Moçambique através da literatura	655
TOM EARLE – O ensino do português nas universidades britânicas	665
SOLANGE PARVAUX – O ensino da língua portuguesa no segundo grau em França.....	671
MARIA JOSÉ MOTTA VIANA e ADRIANA CASTILHO — “A coisa melhor do mundo”: o tempo e o modo de um discurso	687
EVANILDO BECHARA – Herculano de Carvalho: In Memoriam (1924-2001).....	693

APRESENTAÇÃO

O número da revista *Veredas* que agora se publica contempla, nos seus dois tomos, algumas das mais significativas participações no VI Congresso Internacional de Lusitanistas.

Culminando uma dinâmica de crescimento que importa registar, o VI Congresso foi um momento privilegiado de encontro dos lusitanistas de todo o mundo. No Brasil, grande país onde a Língua Portuguesa constantemente se renova e afirma como fecundo e singular idioma de cultura, em Agosto de 1999, o VI Congresso permitiu evidenciar o potencial agregador da Associação Internacional de Lusitanistas, graças também ao culto de uma diversidade – de disciplinas, de temas e de orientações metodológicas – que constitui, só por si, um importante capital de investimento científico e cultural. Professores, investigadores e escritores de diferentes nacionalidades, gerações e formações, fizeram do VI Congresso um momento de reflexão conjunta, plural e aberta, como devem ser os congressos científicos; a congregar todas as participações, a consciência comum de que a Língua Portuguesa é, ao mesmo tempo, veículo de estudo e tema de indagação, nos diferentes países e universidades em que as culturas e as literaturas de expressão portuguesa são pólo de agregação de estudiosos e de unidades de investigação e de docência.

Os dois tomos do número 3 de *Veredas* traduzem muito do que acima fica dito. E o que neles se encontra – a par do que será ainda publicado, em edição electrónica – ficou a dever-se à capacidade motivadora e organizativa da equipa que deu corpo ao VI Congresso, sob a liderança de Cleonice Berardinelli, a quem, com justiça e propriedade, alguém chamou um dia “aula magna da literatura portuguesa”.

Publicar os textos que se seguem, nestes dois tomos, é também uma forma de homenagear a comissão organizadora do VI Congresso.

Este é o primeiro número de *Veredas* da responsabilidade da direcção eleita no congresso do Rio de Janeiro. E neste número, o que com *Veredas* se pretende é justamente dar a continuidade merecida ao trabalho dos anteriores corpos directivos, na certeza de que assim se consolida a Associação Internacional de Lusitanistas e se reforça a razão de ser da sua existência.

Tal como aconteceu com os dois números anteriores, também este é publicado graças à generosidade da Fundação Eng. António de Almeida. Por isso mesmo, deve aqui ser prestada, na pessoa do Doutor Fernando Aguiar-Branco, a justa homenagem de gratidão que as circunstâncias justificam.

CARLOS REIS

A reinvenção do Brasil a partir dos sertões: viagem e literatura em Euclides da Cunha

BERTHOLD ZILLY

Alemanha, Universidade Livre de Berlim

A nacionalidade como missão

Pode-se perguntar por que a nação foi sempre assunto tão importante na produção dos letrados e artistas brasileiros. É que ao ficar independente, em 1822, o Brasil não estava pronto ainda, havia um Estado, herança da Colônia, que, no entanto, não era nacional, nem era o que também precisava se tornar: civilizado. Seus habitantes não eram cidadãos, era um país do futuro, e para que este se realizasse, competia a todos os homens cultos darem a sua contribuição.

A civilização, no decorrer do século 19, cada vez mais se esquecia das suas raízes universalistas, das “luzes”, passando a vincular o seu avanço, sob a influência do evolucionismo, com a raça branca, e a consolidação do Estado com a homogeneidade étnica. Nesse contexto político-ideológico, a Abolição, de 1888, não podia resolver os problemas, não deu realmente a cidadania aos negros. Será que eles, assim como os índios, caipiras, bugres, caboclos, sertanejos, podiam ser educados e integrados, será que com aqueles compatriotas se podia construir a pátria? Ia se acentuando, na segunda metade do século 19, todo um discurso pessimista em torno da brasilidade, ainda presente

em autores do início do século vinte, como em Paulo Prado com seu *Retrato do Brasil*, de 1928, em contraste com o também existente discurso patrioticamente exaltado que lembra autores barrocos e românticos e cuja manifestação quase caricatural seria o livro de Afonso Celso: *Por que me ufano do meu país*, de 1900, sucesso editorial, traduzido até ao alemão. No fundo, os dois discursos, o pessimista e o ufanista, eram duas faces da mesma medalha, do conhecimento superficial do país e do recurso aos estereótipos. As classes dirigentes da jovem República, proclamada em 1889, viviam de uma “civilização de empréstimo”, no dizer de Euclides da Cunha, praticando um cosmopolitismo extremado, de vistas para a Europa, de costas para o interior, identificando-se com as elites do outro lado do Atlântico, às quais serviam como testas-de-ferro. Desejavam, descontentes com a composição multicolor do seu próprio povo, mudar a base demográfica do Estado nacional, e como não podiam mandar embora os indesejáveis compatriotas de cor, viam a solução no “branqueamento” através da imigração de europeus, considerados melhores brasileiros do que os autóctones da hinterlândia.

Havia porém, desde a Independência, toda uma linhagem de letrados patriotas, iluministas, românticos ou, mais tarde, positivistas, que desejavam um Brasil não só civilizado, mas também independente em termos econômicos, políticos, culturais, o que não lhes parecia possível sem a integração e valorização de suas populações marginalizadas e áreas interioranas. Queriam trabalhar “pela emancipação e grandeza da pátria”, como dizia uma figura quixotesca, mas paradigmática do patriotismo brasileiro, o herói do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (1881-1922). O Brasil era grande, bonito, fértil, maravilhoso, capaz de progressos, com população de boa índole, trabalhadora, inteligente, só que essas qualidades não eram óbvias, tinham que ser procuradas, reveladas, e também fomentadas.

Conhecer o país significava viajar. O descobrimento do Brasil era menos um fato do passado do que um processo histórico, uma obrigação cívica, com ambivalências herdadas do colonialismo europeu, pois esses patriotas contemplavam os seus compatriotas atrasados do interior não apenas com olhos compreensivos, benévolos ou poéticos, mas por vezes também com aqueles “olhos imperiais” que a crítica literária canadense Mary Louise Pratt constatou em muitos relatos

de viagem sobre a África e as Américas, ou seja com atitudes tutelares, condescendentes, missionárias ou até exploradoras, nos dois sentidos desta última palavra. Não é por acaso que o termo “expedição” tem duplo significado: viagem cognitiva e campanha repressiva. No Brasil, pertencem a essa estirpe de pesquisadores-viajantes-autores à procura da brasilidade professores, escritores, militares, médicos, engenheiros, políticos – quase todos em múltiplas funções e versados em diversas disciplinas, porque viajar e escrever sobre viagens é uma atividade enciclopédica –, entre outros: José Bonifácio de Andrada e Silva, Visconde de Taunay, Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Cândido Rondon, Oswaldo Cruz, Monteiro Lobato, Guimarães Rosa, Antonio Callado, Darcy Ribeiro e, naturalmente, Euclides da Cunha (1866-1909).

Pesquisar é vigiar

Diferentemente do personagem de Lima Barreto, Euclides, embora como ele sem fortuna, pois nem todo viajante é rico herdeiro como Humboldt, teve a chance de viajar pela pátria, sendo incumbido – além de múltiplos deslocamentos como engenheiro-andante nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – de duas importantes missões que transformou em viagens de pesquisa. A primeira o levou ao âmago do Brasil, aos sertões da Bahia, como correspondente na guerra de Canudos, em 1897, a outra aos confins do Brasil, ou seja, à Amazônia, como encarregado do ministro do exterior, barão do Rio Branco, para definir o traçado das fronteiras com o Peru no Acre, de fins de 1904 a inícios de 1906. Pesquisou portanto duas regiões complementares, uma árida e pedregosa, a outra exuberante e aquática, uma exclusivamente brasileira, a outra transnacional, latinoamericana.

Euclides sempre se sentiu atraído pelo interior, onde queria realizar o seu “ideal de bandeirante”. Dava-se mal na azáfama da grande cidade, era homem arredio, acanhado, e sobretudo obsecado com a literatura e com a pátria, as duas paixões da sua vida. “Não desejo a Europa, o *boulevard*, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada e a vida afanosa e triste de pioneiro”. Coqueteava em apelidar-se “este caboclo, este jagunço manso – misto de celta, de tapuío e grego”, afirmando-se como homem transcultural, transétnico

e mestiço, talvez estilizando demais o seu lado roceiro, pois na realidade fazia questão de andar bem-vestido, até em pleno sertão, onde “se apresentou de vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda e chapéu de fina palha”. De certa forma, era preciso que a guerra de Canudos eclodisse para lhe dar ensejo de escrever sobre ela e sobre os sertões – paisagem com que sentia uma afinidade eletiva, que tivera na cabeça antes de a pisar, que vislumbrara antes de a ver. E naturalmente o seu livro, publicado em 1902, não podia, apesar de algumas hesitações iniciais, ter outro título a não ser este: *Os Sertões*, e como subtítulo: *Campanha de Canudos*.

“Sertão”, palavra polissêmica, sugestiva, principalmente quando usada no plural, abrangendo tanto os aspectos físicos como sócio-culturais de um espaço, tem, como se sabe, basicamente dois sentidos, um mais restrito, referente às caatingas e chapadas secas do Nordeste, incluindo o Norte de Minas, com sua “civilização do couro”, outro mais genérico, significando qualquer região pouco habitada, incivilizada, distante do litoral e das grandes cidades. São paisagens na periferia ou fora da Civilização, mas no coração do Brasil. Se Euclides quis embrenhar-se nos sertões, é que se sentia na obrigação de chamar a atenção dos concidadãos e dos governantes para “a insciência deplorável em que vivemos acerca das regiões do interior, de todo desconhecidas muitas, e o abatimento intelectual em que jazem os que as habitam”, mas ele tinha também, barrocamente, “o anelo de revelar os prodígios da nossa terra”. Via-se como sucessor de um Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), um dos primeiros viajantes luso-brasileiros no Brasil, questionando a espécie de monopólio dos pesquisadores estrangeiros, embora sem nenhuma tendência xenófoba: “Se as nações estrangeiras mandam cientistas ao Brasil, por que um brasileiro não deveria viajar para pesquisar sua pátria?” Na sua busca da essência do Brasil, Euclides se valeu em parte da mesma bibliografia que Policarpo: Rocha Pita, Aires de Casal, Gonçalves Dias, Martius, Saint-Hilaire, Eschwege, Agassiz e outros viajantes, pois importante meio cognitivo de qualquer pesquisador antes, durante e depois da sua viagem é a leitura de relatos de viagens, e quem quer prever ou apontar os futuros caminhos do país, tem que conhecer os do passado. Mais tarde, o próprio Euclides seria considerado um dos grandes viajantes da América Latina, ganhando uma sala com seu nome, ao lado da sala Humboldt, no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Quando foi a Canudos, no norte da Bahia, em julho de 1897, aos 31 anos de idade, tinha dupla, quase contraditória missão, como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, e como adido do ministro da guerra, marechal Bittencourt, atribuindo-se a si mesmo duas outras missões, a de pesquisador científico e antropológico, munido de máquina fotográfica, termômetro, barômetro e caderneta de campo, e a de autor de um futuro ensaio sobre o sertão e a guerra que lá estava se desenrolando. Os textos que Euclides produziu sobre Canudos antes da publicação de *Os Sertões* foram estudos preparativos: os dois artigos escritos antes da viagem (*A nossa Vendéia*), as anotações na *Caderneta de campo*, publicada em 1975; as reportagens para *O Estado de S. Paulo*, publicadas em 1939 como livro (*Canudos: Diário de uma expedição*); e, além disso, as suas cartas da época. Diferentemente de outros viajantes, não criava nenhum contraste entre um diário subjetivo e um relato objetivo, ou entre reportagens mais espontâneas, populares e um livro mais elaborado, erudito. Ao contrário, nas primeiras linhas que escreveu sobre Canudos, já estava presente o futuro livro com seu ideário científico-histórico, sua empatia com o sertão, seu estilo grandioso e sublime, projeto que muito impressionou os colegas, pois eles o assinalaram em suas reportagens sobre a guerra. As impressões e emoções subjetivas não incitavam Euclides a confissões pessoais, mas ele as punha, como Humboldt em certos trechos de *Quadros da Natureza*, na apreensão e representação estética da realidade pesquisada.

Muitas vezes o narrador, em geral na terceira pessoa, assume a perspectiva de um viajante, convidando-nos a percorrer com ele o sertão como se estivéssemos acompanhando os primeiros descobridores, os colonizadores, os bandeirantes, os missionários, os pesquisadores estrangeiros e brasileiros, os militares, ou um narrador anônimo, apresentado como “observador”, como “viajante”, “viandante”, “viajor”, “caminhante”, quase como se *Os Sertões* fosse um guia de viagem. Assim viajamos de São Paulo até Canudos, atravessando o Planalto Central e seguindo o rio São Francisco, quase no vôo de pássaro, e, paralelamente, vamos navegando ao longo do litoral até Salvador, tomando o trem até Queimadas, mergulhando em seguida no sertão a cavalo, passando por Cansanção e Quirinquinquá até Monte Santo, galgando a *via sacra* até o alto da serra do mesmo nome, acompanhando mais tarde o narrador a Canudos, com as sucessivas marchas

militares. Nas imediações do arraial, o miradouro preferido do viajante-narrador é o morro da Favela, de onde o seu olhar abarca o arraial e a elipse de serras que o envolve, invadindo-o numerosas vezes, vendo-o se defender e contra-atacar e sucumbir aos poucos sob os canhoneios e as chamadas.

Já na travessia do sertão, Euclides assumiu, segundo o testemunho tão respeitoso quanto irônico dos colegas, o papel que talvez fosse aquele que mais anelava em sua vida e que também desempenha para com o leitor: o de um divulgador, explicador e professor, aspirando, no fundo, a ser preceptor da nação. Citemos um companheiro de viagem, o jornalista Alfredo Silva: “O Sr. Dr. Euclides da Cunha nos obrigou a viajar quatro horas para fazer légua e meia, parando para examinar a flora e a fauna e não podia resistir a grandes explicações científicas, todas as vezes que encontrava uma pedra, uma flor, um fruto ou um pássaro”.

O sertão um parêntese – a pátria uma ficção?

O que, à primeira vista, mais impressionou o viajante no sertão, nessa “terra ignota”, é sua estranheza, sua exterritorialidade, sua não-brasilidade. Descendo do trem em Queimadas, ele e os seus camaradas se vêem na linha divisória entre dois estágios de desenvolvimento, entre dois países até: “Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra. O vaqueiro encourado emerge da caatinga, rompe entre a casaria desgraciosa, e estaca o *campião* junto aos trilhos, em que passam, vertiginosamente, os patricios do litoral, que o não conhecem”. Pode-se vislumbrar aí a idéia – embora o termo só se divulgasse nos anos 50 do século vinte, através do sociólogo francês Jacques Lambert – dos dois Brasis, mas sem o otimismo de que o Brasil moderno poderia incorporar aos poucos o Brasil atrasado. Temos ao contrário, em Euclides, um prenúncio das teorias da dependência e da heterogeneidade estrutural, pois ele demonstra em seus escritos os profundos vínculos causais entre as partes heterogêneas do país. Os recém-chegados ficam espantados com “esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a uni-

dade nacional. Viam-se em terra estranha... Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil... O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica”. Até a ciência capitula diante da inacessibilidade do sertão inóspito e inimigo, tratando-o como corpo estranho, mancha branca na geografia, “um claro expressivo nas nossas melhores cartas” – belo oxímoro: um nada significativo, ideal como tela de projeções dos viajantes. O sertão é incomensurável, incompatível com a razão humana, não cabe nos esquemas das maiores inteligências do mundo, de Hegel ou Humboldt. Física e moralmente se encontra fora do Brasil, fora da humanidade, sendo um não-lugar. Estranha viagem aquela, por uma pátria que é uma “ficção”, para uma região que se define por seus déficits: “Era um parêntese; era um hiato, era um vácuo. Não existia”.

Canudos – coração das trevas ou nova Jerusalém?

A viagem ao sertão de Canudos lembra, sob vários aspectos, a expedição fascinante e promissora mas também angustiante e lúgubre que faz o capitão Marlow ao âmago da selva no Congo belga, em *Heart of Darkness* (1899), de Joseph Conrad, romance contemporâneo de *Os Sertões*. As duas incursões na hinterlândia são regressões para tempos pré-civilizatórios, arcaicos, descidas a lugares diabólicos, fora da lei, homizios, palcos de crimes hediondos e de ritos bárbaros ou até satânicos, antros do obscurantismo, da violência, agonia e morte. Seus senhores são pessoas atávicas, discricionárias, monstruosas que devem o seu carisma em parte à sua demagógica eloquência. Os adventícios se deparam, horrorizados, com signos infernais, galerias de mortos: “esqueletos... arrimados aos arbustos flexíveis”, uma “demoníaca encenação adrede engenhada pelos jagunços” perto de Canudos; ao passo que o entreposto na selva africana está ‘decorado’ com crânios empalados em postes. Os dois lugares porém estão, através da guerra e do comércio, firmemente ligados à sua antítese, a civilização, em cujos centros também há elementos de barbaridade, seja nas “selvatiquezas” que se praticam na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, seja no aspecto “tumular” de Bruxelas.

Ao mesmo tempo, essas descidas ao inferno têm atributos de subidas a lugares sagrados. Antes da invasão do exército, caboclos do sertão inteiro tinham convergido para Canudos à busca da salvação, peregrinando à “terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas”, a uma “Jerusalém de taipa”, enquanto os expedicionários no barco comandado por Marlow também se chamavam de “peregrinos”, rumando para uma fonte de riquezas com aspectos de um eldorado do marfim, embora decadente. A sacralização e o sacrilégio se tocam e se confundem. Os dois líderes são venerados por seus adeptos quase como ídolos, salvadores e messias, Antônio Conselheiro como o “Bom Jesus”, o traficante de marfim, Mr. Kurtz, como “ser sobrenatural”.

É óbvio que Euclides deseja desmistificar e racionalizar essa autovisão milagrosa, edênica, quase messiânica da comunidade, exagerando-a para poder criticá-la mais facilmente como ilusão, superstição, fanatismo. A religiosidade popular era verdadeiro obstáculo hermenêutico, talvez o traço do povo que mais parecia estranho aos observadores urbanos, na maioria ateus ou pouco preocupados com a religião; por outro lado ela tinha algo de contagioso, era justamente aquilo que mais instigava a imaginação dos intelectuais, como décadas mais tarde se veria nos filmes de Glauber Rocha, outro fascinado com os sertões. Aos poucos cresce a empatia do narrador euclidiano com a visão redentora dos sertanejos a cujo encanto vai se rendendo parcialmente. Já no momento em que o “viandante” avista a aldeia sagrada, se mostrou receptivo ao gênio metafísico do lugar: “Galgava o topo da Favela. Volvia em volta o olhar, para abranger de um lance o conjunto da terra.... Mas a reunião de tantos traços incorretos e duros – arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocainas, criava-lhe perspectiva inteiramente nova. E quase compreendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua, acreditassem que ‘ali era o céu...’”. Nós, como leitores, quase o compreendemos também.

Os atributos da tenebrosidade que inicialmente parecem estar do lado dos jagunços, em sua “*urbs* monstruosa”, depois passam a caracterizar cada vez mais os civilizados, na medida em que o exército, confirmando a sua fama de Diabo e Anticristo na mitologia dos canudenses, vai agravando os traços infernais do lugar agredido. E a culpa não é apenas da tropa, dessa “multidão criminosa e paga para matar”,

é da própria “nacionalidade que, depois de enjeitar o jagunço cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas”. A tentativa de impor as luzes aos sertões aumentou as suas trevas, descritas em imagens apocalípticas. Nas últimas horas da guerra, a “Jerusalém”, a “Tróia” do sertão está reduzida a “um túmulo”, onde “uma dúzia de moribundos, vidas concentradas na última contração dos dedos nos gatilhos das espingardas, combatiam contra um exército”. Depois do último tiro, apenas sobram escombros e cadáveres, pelos quais erram cães que comem os restos de seus antigos donos. Canudos virou um calvário esperando por sua ressurreição.

Morte e transfiguração através da literatura

Essa ressurreição, como sabemos, não se deu na realidade – ainda não. Ou talvez sim, parcialmente, nas comunidades de base, nas pastorais da terra, no movimento dos sem-terra que reivindicam para si o exemplo de Canudos, um efeito indireto de *Os Sertões*. Se desde cedo a obra foi apostrofada como “bíblia da nacionalidade”, isso se deve não só à sua importância canônica na história literária e à veneração cultural de que goza há um século no Brasil, mas também a uma implícita teologia política cuja divindade não manifesta, espécie de *deus absconditus*, é a Nação, a verdadeira, futura, nem tanto a presente e, ao lado dela, a Civilização e a Humanidade, divindades nem sempre harmônicas entre si. Essa religiosidade secularizada, que nacionaliza ex-posteriori o projeto sócio-religioso dos próprios canudenses para os quais a nação era secundária, vê o sertão como terra privilegiada dentro do país, Canudos como santuário, os sertanejos como parcela escolhida do povo brasileiro, e o Conselheiro como profeta, apóstolo e mártir de um Brasil mais justo e mais autêntico, sempre com as devidas reticências e contradições. A paisagem é associada com a Iduméia, com Canaã, com a Arábia; alguns lugares de romaria parecem com Meca e os sertanejos com beduínos; as poucas mulheres bonitas são apresentadas como judias. O fim de Canudos é narrado com cenas que lembram o eclipse, o terremoto e o véu rasgado no templo em Jerusalém durante a morte de Cristo. Euclides, apesar

de suas invectivas contra o atavismo do Conselheiro e da sua fé, o ressuscita com piedade e seriedade, glorificando a comunidade de Canudos na paz e na guerra, o seu caráter sagrado como alegoria do seu papel benfazejo e emancipatório para o Brasil. Há uma mística do deserto no livro. A distância com respeito ao mundo parece aproximar os homens de entidades sobrenaturais. No deserto já nasceram três grandes religiões. O vazio pode vir a ser o lugar da plenitude.

Havia, obviamente, um denominador comum entre o movimento de Canudos e a mentalidade do escritor, entre ele e o Conselheiro, a sensação de martírio, um espírito do sacrifício, um vago desejo de salvação, o anseio por uma radical melhora nas condições sociais das classes subalternas, por uma solução dos impasses na política a nível regional e nacional, pela equação das variáveis nação, Estado, raça, território, civilização, religiosidade – incompatíveis na política a nível nacional, mas em harmonia na comunidade de Canudos. Esta parecia realizar o milagre e a façanha de satisfazer num semi-deserto as necessidades básicas, materiais e espirituais, de milhares de pessoas, libertando-as da habitual opressão por parte de fazendeiros e autoridades, o que lhe conferia o brilho promissor e sugestivo de um modelo social para o sertão, para o Brasil e para o mundo. Essa idéia do movimento de Canudos como laboratório político seria prolongada e carnalizada mais tarde por José J. Veiga no seu romance utópico *A casca da serpente* (1989). Uma parcela marginalizada, menosprezada do povo, caluniada como retardatária, bárbara e fanática, tinha tomado o destino em suas próprias mãos, entrando no palco da história como sujeito político, com um projeto social alternativo puramente brasileiro, regional, transétnico e implicitamente transnacional, pois baseado num cristianismo primordial. Foi uma iniciativa de autoajuda relativamente bem-sucedida de vítimas da civilização e da modernização, movimento transformado em organização, Estado em miniatura dentro do Estado, pacífico, sem intenções insurreicionais ou revolucionárias, porém incompatível com o coronelismo no Sertão.

Entre as visões inovadoras de Euclides merece destaque a valorização da mestiçagem como processo fundamental para a formação da sociedade sertaneja e brasileira. Ele precisa resgatar a miscigenação étnica porque em suas leituras e viagens se lhe impõe o resgate de um mestiço – do sertanejo que “antes de tudo, é um forte”. Inicialmente tenta rever o racismo inerente às principais correntes da

antropologia da época mediante essas mesmas teorias, afirmando que uma população mista, derivada, secundária, se teria transformado, ao longo de trezentos anos de reclusão e abandono nos fundões do sertão, em uma nova categoria étnica, homogênea, pura, original – possível base primordial de uma raça verdadeiramente brasileira. Euclides no entanto é mais clarividente como escritor do que como pensador, e assim, no decorrer da narrativa, a valorização ambígua do mestiço pela ciência cede lugar à sua elevação a herói e mito nacional através da transfiguração poética e retórica, de fôlego épico, com afrescos empolgantes e cenas inesquecíveis. A origem multiétnica do povo, a sua religiosidade e a mestiçagem definitivamente deixam de ser estigmas, convertendo-se em qualidades positivas do sertanejo que condicionam, junto com o meio físico, sua modéstia, sua capacidade de improvisação, sua lhanura e honestidade, a sua perseverança, sua valentia. Também é resgatada a natureza, pois ela alimenta e protege quem a conhece e a trata bem, como o sertanejo. Uma paisagem atrasada, estéril, carente, marginalizada de repente se transfigura – transfigurar é um dos verbos prediletos de Euclides – em região modelar do país. Os últimos serão os primeiros. À centralidade geográfica corresponde uma centralidade histórica e política. Assim, na formação do pensamento social brasileiro, Euclides constitui importante elo de ligação entre o viajante alemão Martius – que no seu tratado *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1844, reinterpretou a mestiçagem como processo necessário e positivo para a constituição do Brasil como nação – e o sociólogo Gilberto Freyre, cujo ensaio clássico *Casa Grande e Senzala* (1933) comprovou e valorizou o caráter mestiço da população e da cultura no Brasil, um marco na luta contra o racismo ‘científico’.

Quando a República, no seu fanatismo civilizador, extermina o sertanejo numa guerra de assédio, cuja sombria grandiosidade recorda a “Canção dos *Nibelungenlied*”, epopéia medieval alemã, em que uma tribo germânica é aniquilada pelos hunos, ela pratica um ato de autotumulação nacional, pois o inimigo massacrado era o “cerne de uma nacionalidade”, “a rocha viva da nossa raça”. Aquele povo que parecia estranho, quase estrangeiro, se revela no ocaso como superiormente brasileiro e conhece a sua “apoteose”. O sertão, que só como “ficção geográfica” era nacional, passa a ser visto, momentaneamente, quando é tarde demais, como possível berço de um futuro Estado, já

não excludente como o era o projeto nacional das elites, mas ao contrário incorporador e participante, embora não igualitário nem formalmente democrático – a utopia trágica de uma cidadania dos que tinham sido mantidos não-cidadãos.

A glória e a atualidade de *Os Sertões* nem tanto se devem às informações e às reflexões sobre a guerra e o sertão, que se encontram quase todas também em numerosos outros escritos da época, mas principalmente à sua arte encenatória, sugestiva e plástica, à sua força imagética, à sua teatralização do meio e dos eventos. Com seu caráter de epopéia nacional e sua teologia política poetizada, *Os Sertões* é um livro fundador, uma súpula da nacionalidade, uma obra que constitui o Brasil. Narra a gênese da terra e do homem do sertão, a gênese de um herói através da guerra, uma luta ao mesmo tempo parteira e assassina de um possível Brasil mais autêntico, um crime fundacional que ajudou a consolidar a criticada República de 1889. O caráter sagrado do sertão passou para a obra, o assunto santifica o texto. As aporias éticas, políticas, intelectuais da recente história nacional e as incoerências analíticas do próprio autor encontram uma solução duradoura, exemplar e satisfatória no plano estético-metafísico. Raramente na história da literatura a identificação entre uma realidade e a sua representação é tão intensa quanto aqui, pois quase todos os leitores reconhecem uma isomorfia total entre a obra, a região e o evento. *Os Sertões* “são” os sertões, a *Campanha de Canudos* “é” a campanha de Canudos. Além disso, como Canudos é a quintessência do sertão, e o sertão a quintessência do país, o livro “é” o país, ele reinventa o Brasil, contribuindo para a idéia que a nação tem de si mesma.